

deixa reduzir a regras e por fim a uma ciência rígida. A razão final estaria no fato que, no domínio das ações, “a universalidade das prescrições é um mal, não uma vantagem”<sup>27</sup>. O prudente, com efeito, não tem um saber de ordem platônica do qual deduziria com perfeição o que deve ser feito. Ele tem a arte do avizinhar-se do certo, *avvicinarsi al giusto*: o prudente é ὁ τοῦ ἀρίστου ἀνθρώπου τῶν πρακτικῶν στοχαστικός κατὰ τὸν λογισμόν (na tradução de Natali: *colui che tende al miglior bene pratico per l'uomo sulla base del ragionamento calcolante*<sup>28</sup>). É nas vizinhanças do justo que o prudente evidencia sua variabilidade. O sabor de paradoxo da solução adotada por Natali parece enfim enraizar-se no paradoxo mesmo da vida humana: há, para cada situação, uma e uma única resposta adequada, mas não temos um saber dedutivo e sim um avizinhar-se graças ao uso da razão. Exigir uma acribia além disso seria prova de desconhecimento da natureza do objeto em questão. *Allontanarsi poco dal giusto* é somente a expressão melancólica daqueles que não conseguem abandonar o sonho de uma ciência supra-humana; aos que aceitam a medida humana, trata-se ao contrário de um *avvicinarsi al giusto* – e aqui haveria uma zona de variação também para o prudente.

Para concluir: a tradução é cuidadosa, a escolha de termos é criteriosa, a base filosófica de interpretação é sólida e as soluções oferecidas são atraentes. Eis um coquetel que tornará certamente esta edição uma referência acadêmica nos estudos de filosofia antiga e, para as línguas neolatinas, um padrão de trabalho a ser mantido.

---

(27) *Guida ad Aristotele*, p. 255.

(28) *Op. cit.*, p. 237: *é aquele que tende ao melhor bem prático para o homem com base no raciocínio calculante.*

Marco Zingano (USP - CNPq - PRONEX)

**BÄCK, ALLAN. ARISTOTLE'S THEORY OF PREDICATION. LEIDEN: BRILL (COL. PHILOSOPHIA ANTIQUA), 2000, PP. XIV + 346.**

Ao longo da história da lógica e da filosofia, o *corpus* aristotélico foi e continua sendo objeto de investigações e interpretações as mais diversas. Esta sobreposição de “camadas interpretativas” é um fenômeno que interessa particularmente ao historiador destas disciplinas que se pergunta pelo significado das sucessivas “transformações” perpetradas no *corpus* inicial. Como resultado,

surgem inevitavelmente dúvidas sobre as posições originariamente defendidas e sobre a possibilidade de restituí-las em sua forma primitiva. O livro de A. Bäck caracteriza-se como um esforço para “depurar” a teoria aristotélica da predicação de seus desenvolvimentos posteriores. A obra inscreve-se no horizonte de certas interpretações contemporâneas (C. Kahn e M. Frede), fortemente fundadas em aspectos lingüísticos, que afirmam ser anacrônico sustentar que filósofos como Platão e Aristóteles diferenciariam o ‘é’ da predicação do ‘é’ existencial. Todavia, contrariamente a C. Kahn, para quem o sentido predicativo seria o privilegiado, o A. sustenta que o sentido primitivo é o existencial. Reduzida à expressão mínima, a tese central afirma ser Aristóteles um partidário da teoria predicativa dos aspectos, teoria segundo a qual uma proposição categórica da forma ‘S é P’ deve ser lida como: ‘S é existente como um P’. Ou seja, a cópula ‘é’ afirma a existência do sujeito, ao passo que o predicado ‘P’ informa sobre a maneira como o sujeito existe, a saber, como P. Assim, ‘Sócrates é (um) homem’ deve ser lida como ‘Sócrates é existente como (um) homem’; ‘todo homem é animal’ como ‘todo homem é existente como animal’, etc. Essa maneira de interpretar Aristóteles não seria inteiramente nova e o próprio A. reconhece que autores como Filoponos, Teofrasto, Avicena e talvez ainda Ockham, Buridan e De Soto, atribuíram-na ao Estagirita. Quanto aos motivos históricos que teriam conduzido a um distanciamento da posição original, o A. os encontra na interpretação neoplatônica de Aristóteles e na influência da teoria tomista da predicação. Assim delimitadas, essas teses já encontram-se, ainda que obviamente de maneira menos detalhada, em trabalhos anteriores do A., sobretudo em seus artigos sobre a lógica aviceniana. É de se lamentar, no entanto, que o A. não tenha explorado com maior acuidade os vínculos entre os enunciados categóricos e reduplicativos. Em obra anterior (Bäck, A. *On reduplication. Logical theories of qualification*, Leiden: Brill, 1996.) o A. estudou o desenvolvimento histórico desse segundo tipo de enunciado e o seu ponto de partida foi precisamente a teoria aristotélica. E se os dois estudos forem tomados conjuntamente, o resultado será uma visão mais ampla da lógica aristotélica, pois o que Aristóteles afirma sobre os enunciados reduplicativos pode ser visto como a extensão de sua teoria da predicação. Ora, um enunciado reduplicativo é da forma ‘S é P *qua* M’ (o homem, enquanto animal, é mortal) ao passo que um enunciado categórico afirmativo é da forma ‘S é P’ (o homem é mortal). Agora, se consideramos o que é dito pela teoria dos aspectos, deveremos ler ‘S é P’ como ‘S existe *qua* P’ (o homem existe enquanto mortal). Logo, há razões para se pensar que a teoria reduplicativa é uma extensão da teoria dos aspectos. Certamente não há nada de surpreendente nisso, mas o ponto mereceria uma análise detalhada.

Para efeitos de apresentação, o livro pode ser dividido em três partes. A primeira cobre os três primeiros capítulos e tem por objetivo fornecer evidências lingüísticas à teoria dos aspectos. No entanto, a preocupação primeira não é o uso ordinário da língua grega clássica, mas a maneira como o próprio Aristóteles concebia as relações entre a linguagem filosófica por ele empregada e o uso corrente da língua grega. A discussão gira em torno de um princípio expresso pelo Platão do Sofista:

“privar-nos da linguagem significa privar-nos da filosofia” (260a). Aristóteles é visto como retomando na *Física*, na *Metafísica*, mas também no *Organon*, a crítica platônica a Parmênides, crítica cujo núcleo seria justamente a teoria da predicação. Mas as evidências lexicais mais fortes em favor da teoria provêm, em primeira instância, da leitura do quinto livro da *Metafísica*, onde Aristóteles analisa dois modos de ser: ser *per accidens* (1017a7-22) e ser *per se* (1017a22-31). De maneira ampla, é *per accidens* todo ser cuja existência é tributária da existência de algum um outro ser, o qual, por sua vez, possui existência *per se*. Que a expressão ‘ser *per accidens*’ não qualifica apenas o modo de ser dos acidentes, é o que o A. pretende concluir do exemplo aristotélico: ‘o não-branco é’. Ora, como os corvos são pretos e, logo, não brancos, o enunciado ‘o não-branco é’ é verdadeiro. Contudo, isto não implica que o não-branco e o preto não possuem ser do mesmo modo. O A. insiste na diferença entre esses dois modos de ser (*per se* e *per accidens*) e as duas formas de predicação (essencial e acidental). Há duas razões para sustentar uma tal distinção: 1) tanto predicações essenciais quanto acidentais podem ser acerca do ser *per se*; 2) é possível ler um enunciado acidental (“Sócrates é branco”) tanto como acerca do ser *per se* quanto acerca do ser *per accidens*. No primeiro caso, “dado que ‘branco’ significa algo na categoria da qualidade, “o branco é *per se*” (p. 72). No segundo, ‘o branco é’ *per accidens*, pois Sócrates é *per se* e ‘branco’ é predicado de Sócrates. O importante aqui é que mesmo uma predicação acidental do tipo ‘S é P’ afirma que o “sujeito lógico existe e que ele possui o acidente ou acidentes que lhe são predicados” (p. 70); ou seja, esse tipo de predicação está de acordo com a teoria dos aspectos. Dito isso, o A. busca concluir que as análises aristotélicas acerca do ser *per se* fornecem o sustentáculo aos diversos tipos de predicação (essencial e acidental) e que essas análises estão igualmente de acordo com a teoria dos aspectos. Para isso, ele mostra que uma predicação acerca do ser *per se* pode ser de dois tipos: a) em ‘S é *per se*’, como não há uma qualificação posterior, a predicação simplesmente afirma a existência real do sujeito; b) em ‘S é *per se* P’, a predicação teria os seguintes traços: i) P é *per se*; ii) S é *per se*; iii) P é predicado de S. Admitindo-se que ‘é’ significa ‘existir realmente’, tem-se que S e P realmente existem como itens em uma das categorias e a existência de S envolve ser P. A expressão ‘como itens em uma das categorias’ visa salientar que a distinção entre predicações essencial e acidental são dois casos do segundo modo de ser *per se*.

A segunda parte cobre os capítulos 4 a 8 e é dedicada à interpretação lógica do enunciado. A estratégia adotada pelo autor é simples e consiste em passar em revista os principais textos lógicos de Aristóteles, mostrando não apenas que eles são compatíveis com a teoria dos aspectos, mas também que o Estagirita assume em seus argumentos os principais traços da dita teoria, ainda que de maneira nem sempre clara. A força do argumento proposto depende da oposição entre duas interpretações da predicação em Aristóteles: a teoria dos aspectos e a teoria copulativa da predicação, entendendo-se esta última como a afirmação segundo a qual a copula ‘é’ muda de função lógica em contextos sentençiais distintos. Assim, em uma predicação *secundum adiacens*, a cópula faria uma afirmação de existência: ‘S é’ significa, portanto, S é existente. Todavia, em uma predicação *tertium adiacens*, a

cópula possuiria simplesmente a função de conectar o termo predicado ao termo sujeito. Assim, 'S é P' significa apenas que 'P' pertence a S, sem que nenhuma afirmação de existência seja enunciada. Admitida a oposição, o quarto capítulo defende a superioridade da teoria dos aspectos baseando-se no fato de que ela permite uma leitura unificadora e consistente dos textos lógicos de Aristóteles. Esse fato não é desprovido de importância, uma vez que a literatura contemporânea, fortemente dominada pela teoria copulativa, teria dificuldades em oferecer uma visão unificada dos mesmos textos. São duas as séries de textos analisados. Em primeiro lugar, o *De Interpretatione*, que é tido pelo A., mas também por boa parte da literatura especializada, como oferecendo uma teoria bipartida do enunciado, ou seja, o enunciado seria formado de um nome e de um verbo. Em segundo lugar, os *Primeiros Analíticos*, que oferecem uma teoria tripartida do enunciado, ou seja, este seria composto de um sujeito, um verbo e um predicado. Para alguns intérpretes contemporâneos (notadamente P. Geach), essas duas teorias seriam incompatíveis. Entretanto, o A. propõe harmonizar as supostas incompatibilidades mostrando, em primeiro lugar, que as diversas formulações teriam origens distintas. A teoria bipartida enfatizaria o uso grego ordinário e seria próxima da maneira platônica de expor a estrutura do enunciado. A teoria tripartida, por sua vez, seria o resultado das análises posteriores de Aristóteles, sobretudo no que concerne à sua teoria do silogismo. Em segundo lugar, o A. refuta a acusação de incompatibilidade sustentando que ambas as teorias seriam apenas duas maneiras distintas de apresentar gramaticalmente a teoria dos aspectos. Aristóteles optaria pela teoria tripartida quando pretende enfatizar a existência de dois termos requerida pela teoria do silogismo. Ele preferiria a maneira bipartida quando de análises que põem em evidência a estrutura ontológica composta por um sujeito e um predicado (p. 124). (Note-se, contudo, haver aqui uma pequena oscilação, pois a estrutura ontológica é também vista como melhor apresentada pela teoria tripartida (p. 130)). Seja como for, e a despeito desta variação na maneira de apresentar o problema, ficaria claro que, nos dois casos, o enunciado afirma a existência de um sujeito ('S') com uma qualificação posterior ('P') e que, além disto, 'S' e 'P' significam itens nas categorias. A teoria dos aspectos oferece, assim, uma leitura unificadora dos textos aristotélicos. Ainda com respeito ao capítulo quarto, saliente-se apenas a maneira hesitante e demasiado cursiva com que o A. justifica a prevalência da interpretação copulativa. No início do capítulo (p. 99), ele encontra na leitura tomista de Aristóteles um dos motivos que torna a teoria copulativa tão popular. Porém, no final do mesmo capítulo (p. 131), ele afirma que a interpretação copulativa é atraente principalmente aos olhos de filósofos de inspiração platônica. Infelizmente, a falta de análises posteriores faz com que essas duas afirmações sejam deixadas como hipóteses (interessantes!), mas que exigem justificações adicionais.

Provavelmente o leitor encontrará dificuldades para aceitar certas conclusões defendidas no capítulo quinto. A principal delas diz respeito à noção de '*differentia*', apresentada como um acidente da substância. Aceita a tese, segue-se, por exemplo, que a racionalidade é um acidente do homem. É bem verdade que o A. se esforça por precisar que se trata de um acidente predicado essencialmente

(p. 153), mas isso não soluciona todas as dificuldades, como aliás o próprio A. o reconhece. Entretanto, o ponto central do capítulo reside no que o A. denomina "a distinção entre a essência e a existência". De fato, um dos pontos em favor da teoria dos aspectos é que ela está perfeitamente de acordo com o modo como Aristóteles explica as etapas de uma investigação para as ciências naturais. Mais precisamente, "a seqüência da investigação possui a mesma estrutura que a teoria dos aspectos atribui aos enunciados" (p. 158). Em primeiro lugar, pergunta-se se algo é (S é?). Em seguida, assumindo-se que ele é, pergunta-se o que ele é, ou seja, procura-se a definição (o que é S?). Posteriormente, investigam-se as demais determinações do sujeito (que S é P). Na quarta e última etapa, demonstra-se a causa da existência de tais determinações. Ora, de acordo com a teoria dos aspectos, a estrutura da predicação reflete perfeitamente estas quatro etapas. Uma vez que a existência de algo é verificada, pode-se predicar outros atributos que determinam: a) a natureza do sujeito; b) alguma outra determinação. O A. consegue, portanto, dar um sentido preciso à afirmação aristotélica segundo a qual definições essenciais possuem pressuposições existenciais. Essas pressuposições estão presentes na própria estrutura predicativa. Obviamente, e esta é outra tese aristotélica, definições meramente verbais não parecem ter tais pressuposições. Todavia, isso não traz problemas à teoria, pois, como assinala corretamente o A., mesmo argumentos que utilizam apenas definições verbais podem fazer suposições existenciais, como no caso de provas indiretas. Por exemplo, para provar-se que o maior número inteiro positivo não existe, assume-se provisoriamente a sua existência e mostra-se que essa suposição engendra contradições.

O denso e interessante capítulo sobre a negação desempenha um papel central na defesa da teoria dos aspectos como interpretação de Aristóteles, na medida em que nele se enfrenta uma forte objeção: a teoria dos aspectos parece implicar no mínimo uma dupla possibilidade para a negação. Ora, se um enunciado afirmativo do tipo 'S é P' afirma a conjunção: 'S existe e S existe como P', então a negação terá a forma disjuntiva: 'S não existe ou S existe, mas não como P'. Todavia, Aristóteles não parece reconhecer, implícita ou explicitamente, essa estrutura. O A. contra-argumenta baseando-se na diversidade de sentidos da negação tradicionalmente atribuída a Aristóteles. Assim, se o Estagirita não reconhece a estrutura acima, é porque ele considera o segundo membro da disjunção como ambíguo. Por exemplo, 'S existe, mas não como justo' pode significar: S não tem a propriedade P; S não faz parte do tipo de coisas a que 'P' é atribuído (S é uma pedra); S é do bom tipo, mas tem o predicado contrário (S é injusto); S é do bom tipo, mas ainda não se desenvolveu ao ponto de receber tal predicado (S é uma criança). Resta saber como Aristóteles interpreta os diversos tipos de negação. O A. concentra-se naqueles usos que podem trazer o maior número de problemas à sua teoria, a saber, a negação simples e a metatética. Quanto ao primeiro caso, o A. sustenta que, em contextos normais, ou seja, naqueles comumente reconhecidos pela teoria aristotélica da ciência, a existência de S *per se* é admitida e o que é negado é a pertinência do predicado ao sujeito. Entretanto, Aristóteles não ignora que a negação possa incidir sobre o sujeito. E, de fato, a literatura contemporânea afirma que o

Estagirita teria mesmo duas teorias (defendidas em fases distintas) sobre este ponto. Nas *Categorias* (13b14-33), Aristóteles afirma que a proposição 'Sócrates não está doente' é verdadeira em dois casos: a) Sócrates existe e não está doente; b) Sócrates está morto. No entanto, no *De Interpretatione* (21a18-33), Aristóteles parece mudar de posição e afirmar simultaneamente a verdade das seguintes proposições: i) 'Homero é poeta' e ii) 'Homero não existe'. Tal afirmação é *prima facie* contra a teoria dos aspectos, pois esta afirma que se 'Homero é poeta' é um enunciado verdadeiro, então 'Homero existe' também o é. Ora, segundo o A., e este seria outro dos pontos fortes da teoria dos aspectos, os dois textos são compatíveis. As *Categorias* seriam a expressão pura e simples da teoria dos aspectos: proposições afirmativas simples afirmam a existência do sujeito; proposições negativas simples negam tal existência. Quanto ao *De Interpretatione*, ele afirma a mesma tese, pois, como Aristóteles o reconhece explicitamente, não se trata de uma predicação acerca do que é *per se*, mas do que é *per accidens*. Se, portanto, a proposição 'Homero é poeta' possui um sentido existencial, este é o mesmo que encontramos em 'o não-ser é', quando Aristóteles diz: 'o não-ser é objeto de pensamento'. Procurando um suporte histórico para a sua interpretação, o A. aproxima a distinção *per se* e *per accidens* da distinção proposta por Ammonius e por uma certa tradição aristotélica entre existência *in re* e *in intellectu*. Infelizmente a aproximação não é explorada, o que pode vir a causar embaraços ao leitor. Citemos dois. Em primeiro lugar, como conciliar a tese de que existem proposições que são verdadeiras *in intellectu* com o critério aristotélico de verdade e sobretudo com a tese segundo a qual são as coisas que tornam as proposições verdadeiras? Em segundo, podemos prosseguir na linha de argumentação proposta e dizer que, aceita a aproximação entre ser *per accidens* e ser *in intellectu*, segue-se que toda a representação mental é *per accidens* e que isto está de acordo com a definição proposta acima ('é *per accidens* todo aquele ser cuja existência é tributária da existência de algum um outro ser o qual, por sua vez, possui existência *per se*'). Assim, o enunciado 'o não-ser existe enquanto pensado', seria apenas um caso da regra geral: as representações mentais existem porque alguém as pensa. Todavia, este passo, que parece a maneira natural de interpretar a aproximação, traz consigo algumas dificuldades. Citemos apenas a mais evidente: a distinção ser *in re* e *in intellectu* foi tradicionalmente utilizada não apenas para explicar o modo de existência de objetos fictícios (unicórnios e quimeras), mas também para justificar a verdade de enunciados universais independentemente de suposições existenciais. Partidários da teoria copulativa afirmaram que: 'todos os homens são mortais' seria um enunciado verdadeiro mesmo se não existissem homens, pois se trataria de uma verdade *in intellectu*, mas não *in re*. Sendo assim, se há bases textuais para defender as origens aristotélicas da distinção acima, há igualmente bases textuais para mostrar as origens aristotélicas da teoria copulativa. Mais do que isso, haveria bases para reconstruir a teoria dos aspectos como uma parte da teoria copulativa, o que implica que as referidas teorias não são necessariamente concorrentes. Talvez elas o sejam como interpretação pontual de Aristóteles. Todavia, e é neste momento que nos ressentimos de uma análise histórica mais acurada, as razões que conduziram à elaboração da teoria copulativa podem ser alheias ao texto aristotélico. Mas, voltando ao argumento principal, o A. mostra que mesmo a negação metatética

(‘é não-P’) teria uma significação existencial e que esse tipo de negação deveria ser interpretado de maneira semelhante a um nome indefinido usado como sujeito de um enunciado acerca do ser *per se*. Mais uma vez, estaríamos face a um dos pontos de superioridade da teoria dos aspectos em relação à teoria copulativa, uma vez que esta última teria dificuldades em explicar a existência do sujeito para negações metatéticas.

O capítulo sobre inferências encerra a parte destinada a defender a teoria dos aspectos como interpretação dos textos lógicos de Aristóteles. Uma das principais dificuldades enfrentadas reside na chamada “crítica moderna” à teoria da subalternação, ou seja, à inferência de um enunciado afirmativo particular (I) a partir de um afirmativo universal (A) ou de um particular negativo (O) a partir de um universal negativo (E). Essas inferências somente seriam válidas mediante a introdução de hipóteses subsidiárias afirmando a existência de ao menos um objeto que é S. Ora, a teoria dos aspectos encontra-se em condições de justificar a inferência A-I sem a introdução de tais hipóteses. Em primeiro lugar, a suposição já é admitida por todo enunciado. Em segundo, se o enunciado afirma a existência do sujeito *per se*, se isso equivale a nomear um item nas categorias e se estas, por sua vez, contêm apenas objetos existentes, então Aristóteles realmente não precisaria de uma hipótese suplementar para explicitar o que já é afirmado por todo enunciado. Quanto à inferência E-O, ela é a mais problemática, pois existem dúvidas sobre se essa inferência necessita, aos olhos de Aristóteles, da existência de objetos que são S. Em todo caso, o A. consegue fornecer duas interpretações (com e sem a admissão de existência) compatíveis com a teoria dos aspectos. Dito isso, não é difícil perceber que os demais tipos de inferência discutidos por Aristóteles estão de acordo com a teoria dos aspectos. Por exemplo, a forma *Barbara* pode ser lida do seguinte modo: todo S existe como um M; todo M existe como um P; logo, todo S existe como um P. Outro ponto relevante: a teoria dos aspectos fornece uma explicação bastante simples de duas falácias estudadas por Aristóteles: a falácia do acidente e a falácia *secundum quid ad simpliciter*. O segundo caso pareceria trazer problemas à teoria dos aspectos, pois a falácia em questão consiste precisamente em passar de ‘S é P’ a ‘S é’. No entanto, a maneira de proceder do Estagirita reforça justamente a idéia segundo a qual ele reconhece a teoria dos aspectos, pois se trata precisamente de saber quando a passagem de ‘S existe como P’ a ‘S existe sem qualificação’ é válida. Segundo o A., ela é válida quando a predicação é acerca do ser *per se*; inválida quando se pretende concluir uma predicação acerca do ser *per se* partindo de uma predicação acerca do ser *per accidens*. A análise é aqui justificadamente rápida, pois o A. já havia explorado detidamente o ponto em outra obra (*On reduplication*).

A terceira parte da obra é destinada a uma avaliação ao mesmo tempo histórica e conceitual da teoria dos aspectos. Quanto à avaliação histórica, o A. procura mostrar, talvez muito rapidamente, que a teoria copulativa originou-se em Ammonius e que foi popularizada por Tomás de Aquino. Por outro lado, a existência de intérpretes medievais defensores da teoria dos aspectos em si mesma e como interpretação de Aristóteles atestaria o caráter não

anacrônico da teoria proposta. Quanto à avaliação conceitual, o A. é consciente que a interpretação da estrutura da proposição, tal como defendida pela teoria dos aspectos, poderia parecer extremamente ingênua aos olhos de um contemporâneo, acostumado à regra monotônica de atribuir símbolos distintos a funções lógicas distintas. Assim, para evitar uma objeção que retiraria todo o interesse não historiográfico de seu estudo, o A. pretende que sua interpretação de Aristóteles permitiria uma compreensão de certos enunciados do inglês (do grego, do árabe e do latim) superior a certas interpretações lógicas contemporâneas (sobretudo Frege e Russell). Por exemplo, qual a forma lógica de uma proposição existencial negativa como: 'Sócrates não existe'? Seria uma expressão mal formada do tipo ' $(\exists s) s$ ', na qual coloca-se uma constante individual sob o escopo de um quantificador existencial? Ou algo do tipo ' $\sim(\exists x)(x=s)$ '? Ora, mesmo esta segunda formulação não passaria de uma expressão mal formada aos olhos do Russell dos *Principia* (66; 174). E se não o fosse, seria necessariamente falsa, pois toda a constante atômica (no caso, 's') designa um elemento no domínio. E o que dizer de ' $\sim(\exists x) Sx$ '? No caso de uma lógica de predicados extensional, esta fórmula é interpretada como afirmando que nenhum objeto no domínio é S. E se os predicados são definidos em termos de conjuntos, S é o conjunto vazio. Mas não é evidente que um termo geral sem referentes, como o 'bode-cervo', deva ter o mesmo referente que o conjunto vazio. Além disto, se admitirmos que não existem unicórnios, ser um bode-cervo seria o mesmo que ser um unicórnio. Obviamente, há vários procedimentos para resolver esse problema e um dos mais usuais é exatamente postular que todo predicado possui um aporte existencial. Mas, mais uma vez, não seria possível afirmar com verdade: não existem unicórnios. Sem entrarmos nos detalhes das diversas possibilidades analisadas, salientemos apenas que a posição do A. é aqui bastante nuançada e as comparações com as lógicas contemporâneas acabam por confinar uma vez mais a lógica aristotélica a seus limites históricos. Senão, vejamos. O A. defende, e com bastante sucesso, a lógica aristotélica das críticas contemporâneas sobre a pressuposição existencial. Em seguida, ele lembra que mesmo as lógicas contemporâneas (de Frege e de Russell) apresentam problemas com a noção de pressuposição existencial e que essas dificuldades estariam na origem das chamadas '*free logics*' (e. g., van Frassen). Sendo assim, poder-se-ia pensar em uma certa superioridade da lógica aristotélica sobre a lógica clássica. Todavia, o passo que poderia resgatar o interesse na lógica aristotélica é injustificado. Certamente esta última não padece dos erros de que muitas vezes foi acusada. Mas nem por isto ela pode ser vista como uma alternativa às lógicas contemporâneas. Se estas possuem problemas com a noção de existência, a solução não virá da teoria aristotélica dos aspectos. E mesmo se uma certa teoria dos aspectos é admitida entre as *free logics*, é forçoso reconhecer, como aliás o faz o A., que essas lógicas possuem resultados incompatíveis com o aristotelismo. Em suma, dizer que a lógica aristotélica não padece de dificuldades em um certo domínio não é o mesmo que defender a lógica antiga como alternativa à lógica clássica. Seja como for, a reavaliação da teoria aristotélica da predicação proposta pelo A. pos-

## RESENHA DE LIVROS

sui um duplo mérito. Ela restitui a lógica aristotélica a uma formulação alheia a dificuldades com enunciados existenciais e permite uma interpretação simples, consistente e elegante de vários textos de Aristóteles. Trata-se, portanto, de uma obra que contribui significativamente para avançar nossa maneira de ler alguns dos textos fundadores da lógica e da filosofia ocidentais.

Alfredo C. Storck (UFRGS - CAPES)

ANALYTICA  
volume4  
número2  
1999